

Representações Coloniais no Feminino

O 'Oriente' de Isabel Tamagnini

CLARA SARMENTO*

Isabel Pinto da França Tamagnini,
Diário de Uma Viagem a Timor (1882-1883)
 Introdução, edição e notas de António Pinto da França
 Apresentação de Ivo Carneiro de Sousa
 Porto e Lisboa: CEPESA, 2002



A OBRA E A VIAGEM

O *Diário de Uma Viagem a Timor (1882-1883)* foi escrito pela jovem Isabel Pinto da França Tamagnini quando, entre os 20 e os 21 anos, integrou a comitiva de catorze pessoas que acompanhava o seu padrasto e novo governador de Timor, o major Bento da França Pinto d'Oliveira, oficial do exército português com larga experiência de serviços coloniais em África e na Índia. O *Diário* é o único testemunho documental directo da viagem e anota o itinerário que transportou Isabel Tamagnini de Singapura a Díli, cidade colonial onde viveria pouco mais de um ano, entre dramas familiares, intrigas políticas e um demorado exílio sociocultural, que acabariam por conduzir à demissão do governador Bento da França. O *Diário* encontra-se infelizmente incompleto, pois perdeu-se o caderno manuscrito em que se anotava a primeira etapa da viagem, entre Lisboa e Singapura.

* Doutorada em Cultura Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professora Adjunta no Instituto Superior de Contabilidade e Administração, do Instituto Politécnico do Porto, cujo Centro de Estudos Interculturais dirige e onde desenvolve investigação na área das representações interculturais de género. "Visiting Scholar" na Brown University, Departamento de Inglês, 1996. Diversos livros, artigos e conferências sobre Literatura e Cultura Portuguesa e Anglo-Americana, Etnografia e Estudos Culturais e de Género.

The author holds a Ph.D. in Portuguese Culture, from the University of Oporto. She is conducting her post-doctoral research on intercultural gender representations, as the coordinator of the Centre for Intercultural Studies, at the Polytechnic Institute of Oporto, where she holds her teaching position. Visiting Scholar at Brown University's Department of English, 1996. Several conferences, books and articles on Portuguese and Anglo-American Literature and Culture, Ethnography, Gender and Cultural Studies.

LITERATURA

A viagem por mar, documentada a partir de Singapura, toca Batávia (actual Jacarta), navega pelo mar de Java, aporta a Semarang (na costa norte de Java Central), Surabaya, Macaçar (no sul de Sulawesi ou Celebes), Bima (capital da ilha de Sumbawa) e Larantuca (nas Flores), onde avistam as ilhas de Adonara e Solor. Terão ainda feito escala em Kupang, antes de chegarem ao destino final, Díli, numa etapa cuja descrição se perdeu.

A viagem de regresso tem início a 1 de Junho de 1883, com o primeiro registo no *Diário* datado de 21 desse mês, frente à ilha de Lombok, no mar de Java, a bordo do vapor holandês *Lansberge*. Partindo de Díli, a comitiva (já sem os dois irmãos mais novos de Tamagnini, vítimas de malária em Díli) faz escala em Banda, pequena ilha das Molucas. Aportam depois a Amboíno, Menado (capital do norte de Sulawesi), Macaçar, Lombok, Bali e Surabaya. Daqui navegam directamente para Singapura, devido ao calor que se faz sentir em Batávia. A viagem de regresso até Lisboa está documentada no *Diário* e inclui ainda escalas em Colombo e Aden e a travessia do canal do Suez (inaugurado em 1869), entre os dias 26 e 27 de Julho, a bordo do *Anadyr*, vapor da Compagnie des Messageries. No Mediterrâneo, tocam Nápoles, Marselha e Barcelona. A partir daí, a etapa final da viagem até Lisboa faz-se por terra.

No âmbito deste trabalho, interessa-nos fundamentalmente traçar o itinerário cultural patente na narrativa e na viagem de Tamagnini, bem como o envolvimento sociocultural dos detalhes empíricos da viagem e da vida quotidiana.

O ESTATUTO SOCIOCULTURAL DA MULHER

Na sociedade portuguesa do século XIX, a liberdade física e intelectual da mulher encontrava-se severamente limitada e os seus conhecimentos reduziam-se às artes de bem receber e às prendas domésticas: labores, desenho e pintura, um pouco de francês, piano e canto, ou seja, o necessário para animar os salões ou os saraus familiares.

A questão da instrução feminina tinha sido já reconhecida por alguns sectores mais avançados da sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX como um factor de progresso social. Todavia, tinha apenas em conta a função tradicional da mulher

enquanto educadora e responsável pela formação da primeira infância. Não se tratava, por conseguinte, de favorecer a emancipação feminina ou de assegurar à mulher os meios que lhe permitissem escolher o seu futuro, mas tão-só habilitá-la para o cumprimento da missão de mãe de família¹.

Sabemos que Isabel Tamagnini teve em casa bons mestres e aprendeu bem literatura e línguas [Introdução, xxxvi]. Em Díli, tem lições privadas de Inglês com um médico formado em Bombaim [55]. Em Surabaya, lê com agrado a vida de Shakespeare [37]. De resto, as suas actividades motivam os constantes lamentos de “secco-me horrivelmente” [38] e limitam-se a um ou outro trabalho de costura e culinária, passeios e conversas, idas à missa e à observância rigorosa do calendário religioso.

A subalternização estrutural da mulher reflecte-se naturalmente no panorama literário, onde é visível a auto e hetero-desvalorização da mulher enquanto autora ou “detentora de autoridade”. Uma das atitudes mais comuns, que reflecte simultaneamente a subalternização e o medo da diferença, é o medo do ridículo, que Isabel Tamagnini também exprime no seu *Diário*:

“Estive em dúvida se havia de pôr isto aqui receando que por um acaso pudesse alguém ler estas linhas e dizer lá de si para si, olha como ella é tola! Mas como tenho quasi a certeza que isto não há-de acontecer e como só faço este jornal para mais tarde me divertir a lê-lo às minhas primas e íntimas amigas, a quem prometti contar tudo, tudo o que se passasse durante a minha viagem, resolvi-me a contar aqui este notabilíssimo acontecimento.” [48]

Contudo, uma vez que este *Diário* não passará – nas palavras da própria Isabel Tamagnini – de uma “diversão” inconsequente, a partilhar com um restrito público feminino e familiar, ele encontra-se a salvo do ridículo inerente à mulher-autora e à sua selecção de narrativas. Ciente de não ultrapassar a esfera doméstica nas suas ambições, Tamagnini justifica e absolve deste modo o texto que obedece declaradamente às fronteiras traçadas para o género feminino.

A subalternização estrutural da mulher no campo literário encontra-se simbolizada no carácter “feminino” da tradução, tropismo historicamente persistente e relacionado com a distinção entre actividades produtivas e reprodutivas: “... *the opposition between productive and reproductive work*



Isabel Pinto da França Tamagnini

LITERATURA

*organizes the way a culture values work: this paradigm depicts originality or creativity in terms of paternity and authority, relegating the figure of the female to a variety of secondary roles*².

No século XIX encontramos um número considerável de traduções anónimas, mas inequivocamente da autoria de mulheres. A autoria dúbia espelha os constrangimentos sociais, políticos e culturais da época, traçando as fronteiras dos estreitos territórios que as mulheres estavam autorizadas a ocupar ou para os quais eram remetidas. Tal como as traduções, também as mulheres foram ao longo dos tempos conotadas com fragilidade, traição e subalternidade. Este arquétipo da feminilidade da tradução reflecte-se na total ou parcial invisibilidade das tradutoras, que escrevem sob pseudónimo ou com nomes reduzidos cripticamente a iniciais ou nomes de baptismo, para não comprometer nem expor o nome da família. Entre 1801 e 1883, mais de 20 traduções foram publicadas em Portugal como sendo da autoria de “uma senhora”, “uma menina portuguesa” ou uma “senhora portuguesa”. O anonimato confina a tradutora ao seu género, desprovida de individualidade e autoridade, estratégia que silencia com eficácia as mulheres enquanto produtoras³.

Ainda no campo literário, e com especial interesse para o contexto sociocultural português da segunda metade do século XIX, podemos analisar os conteúdos do *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, que circulou em Portugal e no Brasil entre 1850 e 1932⁴.

Os almanaques, de leitura ligeira, instrutiva, acessível e apelativa para um considerável público de leitores, proliferaram durante a década de oitenta. O *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* é um espelho fiel das preferências e talentos literários dos seus leitores e colaboradores. Uma vez que se tratava de um almanaque que agradava pelo entretenimento leve e pela informação variada, os seus editores tinham grande cuidado em evitar qualquer tipo de polémica religiosa ou política, através de uma prática declarada de censura a todos os textos que não respeitassem a neutralidade que era exigida como um dos critérios principais de publicação.

Para além de colaboradores como Eça de Queiroz, Bulhão Pato, Júlio César Machado ou Latino Coelho, entre outros, o leitor comum era instado a participar também, notando-se a preferência por textos etnográficos, lendas, contos exemplares e poesia e prosa ultra-românticas. Sintomaticamente, a lista de

colaboradores do *Almanach* divide-se entre “Senhoras” (colectivo de género), em pequeno número, e “Autores” (indivíduos que detêm a “autoridade”).

Na realidade, escrever poesia ou pintar naturezas-mortas tornara-se numa prenda feminina, tal como o piano e os labores. Mas o “sarabiscar” feminino era ainda conotado com o mais triste amadorismo. Um texto do *Almanach* de 1912, sobre Ellen Key, abre com a frase: “Entre as muitas philosophas e lettradas que hoje sarabiscam ou tagarellam por esse mundo de Christo, Ellen Key é uma das figuras mais sympathicas e destacaveis; [...] jámais cahiu em defender os perniciosos disparates da maioria das feministas”. Assim, torna-se possível que textos como “A Mulher – Anjo do Lar” (1916) ou “A Mulher Modelo” (1914) circulem ainda numa publicação tão amplamente lida e respeitada como o *Almanach*. Em “A Mulher Modelo” o autor cita a opinião de “um moralista de Berlim”: “A mulher modelo deve parecer-se com o caracol, que nunca abandona a sua casa; [...] Deve parecer-se com o echo, que não falla sem o interrogarem”. O *Almanach* cumpria a missão didáctica de ensinar às mulheres o seu papel e lugar na sociedade⁵.

A visão pós-colonial (ou tardo-colonial) do *Almanach* também se cruza com a subalternização da mulher. Na estreita relação cultural entre Portugal e o Brasil que se desenha nas páginas do *Almanach*, destaca-se a atitude profundamente paternalista do primeiro para com um país independente desde 1822. O Brasil surge como uma dependência histórica, cultural e linguística de Portugal, especialmente na forma como os artistas, pensadores, políticos e escritores brasileiros são apresentados. Qualquer referência à sua qualidade conduz invariavelmente ao louvor da nação portuguesa, sublinhando-se que o seu valor advém da dependência, gratidão e admiração que nutrem pela língua e cultura de Portugal. É curioso notar que o Brasil é sempre tratado como entidade feminina (“Nação-Irmã”), fragilmente dependente do Portugal masculino e dominante, que lhe conferiu o nome e o estatuto. Algo muito semelhante ocorria à época no Reino Unido, onde a ainda cruelmente dominada Irlanda era popularmente personificada na frágil e feminina Hibernia.

A generalidade dos textos pseudo-antropológicos do *Almanach* sobre a Ásia e a África mostra-se plena de juízos de valor, em que o “outro” é descrito como

LITERATURE



A viagem Singapura / Dili / Singapura.

“selvagem”, curiosamente ridículo e inferior, cultivando tradições que são meras provas da sua imoralidade e em que o Europeu desempenha invariavelmente o papel de salvador imaculado. Atente-se no texto

“Parlamento Selvagem”, acompanhado de gravura, no *Almanach* de 1916: “A nossa gravura representa o Sóba de Ganda, seu filho, e dois dos seus ministros. Estão realizando um conselho de estado, em presença da

LITERATURA

indispensável panela de feitiços, cujas indicações serão mais respeitadas do que todos melhores conselhos do mais sensato dos ministros. Em seguida ao conselho realisa-se sempre o tradicional batuque, acompanhado de fartas comedorias e ainda mais fartas libações de aguardente”. Ou, no *Almanach* de 1917: “Representa a nossa gravura um elegante casal de indígenas do Chinde. Vestidos à europeia, fazem um vistão! Pena é que as caras, simpáticas realmente, sejam da côr do ébano”. Textos como este e tantos outros exprimem a mentalidade de uma sociedade que origina conceitos como “proeminência dada em todo o mundo á raça branca” ou “os negros, invejosos de se elevarem social e physicamete aos seus patrões”, em “Como Tornar Brancos os Pretos”, crónica do *Almanach* de 1917⁶.

IDENTIDADE E AUTO
E HETERO-REPRESENTAÇÕES

Assim contextualizada, a narrativa de Isabel Tamagnini resulta de um sentido pessoal da identidade que inclui sentimentos conscientes e inconscientes, motivações racionais e irracionais, crenças e valores, e todos os factores que constituem o contexto social de experiência desses sentimentos e motivações, como a idade, a nacionalidade ou o género.

Quase todas as identidades localizam-se em relações de poder, na oposição binária ‘nós’ *versus* ‘eles’, ‘norma’ *versus* ‘desvio’, ‘nosso’ *versus* ‘outro’. Identidade e diferença implicam sempre inclusão e exclusão, radicando na criação de estereótipos, uma estratégia eficaz de manutenção da ordem social e simbólica. E quanto mais flagrantes são as desigualdades de poder (como no caso do colonialismo ou da sociedade patriarcal) maior é o rigor das categorias identitárias e a incidência dos estereótipos.

As categorias identitárias classificam e categorizam: ser-se identificado como “oriental” é ser-se identificado como “não-europeu”, “não-cristão”, com tudo o que isso implica no século XIX. Para Tamagnini, a matriz, o paradigma de inclusão/exclusão é a aristocracia lisboeta, com suas práticas e valores. E, mais uma vez, a construção linguística – a narrativa – funciona como marcador simbólico da “diferença”, do “exotismo”, do “orientalismo”, para utilizar a categoria de Edward Said.

Mas se “*identity is about belonging, about what you have in common with some people and what differentiates*

you from others. At its most basic it gives you a sense of personal location, the stable core to your individuality”⁷, tal é muito mais visível e premente quando se está tão distante, isolado e vulnerável como Tamagnini e a sua família. No ‘Oriente’ de Tamagnini não há pertença, não há localização, não há estabilidade, fora do grupo familiar e religioso.

Numa conjuntura assim, a narrativa pessoal tenta conferir sentido e coerência às experiências aleatórias e caóticas que fazem parte da vida real. Tamagnini tenta ordenar experiências, enquadrando-as numa estrutura narrativa. Contar ou escrever uma história de vida envolve interpretação. Seleccionar de entre o conjunto de experiências vividas os eventos e as personagens a enfatizar é já por si um acto de interpretação. As narrativas pessoais nunca são simples reflexos da realidade vivida, são antes mediadas pela necessidade de representar o indivíduo como possuindo um certo sentido de identidade e controlo. Note-se no texto a narrativa *a posteriori* da morte dos dois irmãos de Tamagnini (Maria Anna e Henrique), num discurso muito contido e pleno de resignação cristã; por contraste com a prolixidade emotiva na narrativa quase “em directo” da morte de Jacinta, a velha governanta da família, a bordo do navio no regresso.

Por isso, as narrativas autobiográficas são construídas tendo em conta a forma como achamos que devem ser contadas, com momentos de drama, de comédia, de informação, transmitindo um significado coerente. Ao mesmo tempo, envolvem vidas, personagens e eventos reais, por muito mediados que estes sejam pela visão do autor. E cada território fornece diferentes meios de mediar ideologicamente essas mesmas vidas, personagens e eventos. Mas, e quando o território é totalmente desconhecido? Quando é ainda um espaço sem fronteiras culturais? Quando não existem mediadores ideológicos prévios? Aí, tudo tem de ser reorganizado, RE-presentado. Como na escrita de Isabel Tamagnini, onde o espaço físico, a identidade e o discurso se interseccionam e influenciam mutuamente:

“... *everyday life is not everywhere the same, despite those modernizing effects of uniformity that Lefebvre was obsessed by. Think about walking in the city: doesn't it make a difference if one walks in Paris, down-town Detroit, Melbourne, Mexico City, or Hong Kong just for starters? And, in each of these places, does a woman have the same experience as a*

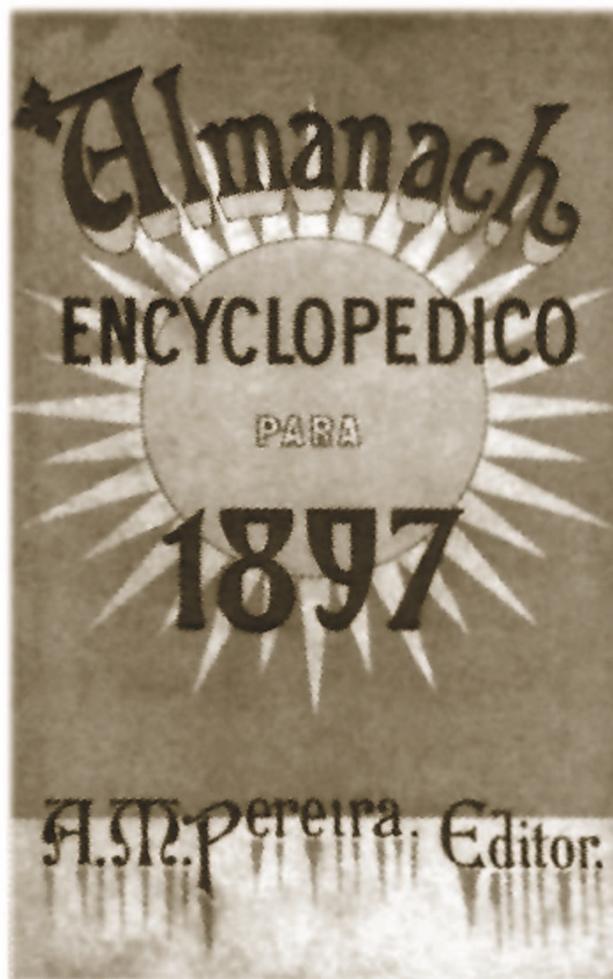
man, a gay as a straight, a young person as an old one? The everyday, too, is produced and experienced at the intersection of many fields by embodied individuals.”⁸

A vida quotidiana não é sempre nem universalmente igual, pois resulta da interacção de diversos factores. Experimentamos e compreendemos de diversas maneiras os diferentes espaços e territórios que frequentamos ou que vimos representados em imagens e narrativas. Diferentes espaços produzem diferentes relações sociais. Mas um espaço também pode ser produzido em resultado das diferentes relações sociais que nele se desenrolam, como no caso da sala de estar do navio *Anadyr*, transformado por uma *soirée* em salão de baile, ao largo de Marselha, com música, “marcas”, danças e todos os rituais sociais inerentes [82-83].

Ao *Diário de Uma Viagem a Timor* e às tragédias vividas pela família no seu exílio ajustar-se-á esta passagem de Michel de Certeau:

*“Writing, a possibility of composing a space in conformity with one’s will [...]. From this articulation the book became the laboratory experiment, in the field of an economic, demographic or pedagogical space. [...] To write (this book), then, is to be forced to march through enemy territory, in the very area where loss prevails, beyond the protected domain that had been delimited by the act of localizing death elsewhere. It is to produce sentences with the lexicon of the mortal, in proximity to and even within the space of death.”*⁹

Para Certeau, o espaço é activado pelas práticas retóricas daqueles que o frequentam. As opções semióticas/enunciativas do viajante privilegiam, transformam e omitem elementos espaciais, de modo a fazê-los significar algo ou, pelo contrário, coisa nenhuma. Tamagnini omite tantas das suas observações e vivências em Díli (“*the space of death*”) e em outros pontos da viagem, para – pelo contrário – dedicar longas páginas a uma *soirée de cotillon*, a uma *toilette*, a um passeio de carruagem, a um jantar num hotel, a uma intriga de salão. O espaço que não se compreende, o espaço “outro”, “selvagem”, assustador (“*enemy territory*”; “*the very area where loss prevails*”) é simplesmente reduzido àquilo que ele significa para a narradora: nada. O maior investimento retórico faz-se nos territórios urbanos ou nos territórios que encenam uma suposta urbanidade “civilizada”, cujos códigos



Almanach Encyclopedico para 1897.

complexos tanto significam para Tamagnini, que os domina e pratica com total à-vontade e grande sentido crítico. Uma atitude que contrasta por completo com a representação narrativa do espaço colonial, deliberadamente silenciado.

REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO COLONIAL

Como é, então, representado o espaço colonial na narrativa de Tamagnini? De que forma a identidade da mulher “civilizada” e subalternizada se intersecciona com o espaço colonial “selvagem”, também ele subalternizado?

A representação do Oriente de Isabel Tamagnini nunca é neutral, tal como – posteriormente – não o

LITERATURA

serão as obras de impressões do Oriente de Wenceslau de Moraes¹⁰ e de Jaime Correia do Inso¹¹. No entanto, saliento aqui o carácter pioneiro da narrativa desta mulher, anterior à dos consagrados, homens e “autores” (detentores de “autoridade”) Wenceslau de Moraes e Jaime do Inso¹².

A narrativa de viagem cria os seus retratos de outras culturas expressamente para consumo doméstico. Há sempre uma dimensão ideológica, pois o viajante encara essas culturas “outras” a partir de um ponto de vista externo, do estrangeiro, que escreve para um público interno, doméstico. Na esteira de Edward Said, Madan Sarup sintetiza esta contradição inerente à narrativa de viagem: “*On the one hand, it is interesting to leave one’s homeland in order to enter the culture of others but, on the other hand, this move is undertaken only to return to oneself and one’s home, to judge or to laugh at one’s peculiarities and limitations*”¹³.

Obrigada a ser viajante, Tamagnini está armada e cativa de modelos socioculturais apriorísticos, contestatários da sua própria independência intelectual porque são agentes modelantes do seu pensamento. Na sua escrita destaca-se a reprodução imediata de sensações visuais, a instantaneidade do impressionismo e uma certa ingenuidade bem-humorada. E como representar e comunicar ao leitor doméstico e feminino (as “primas e íntimas amigas”) práticas culturais tão distantes e desconhecidas?

*Para Tamagnini,
a matriz, o paradigma
de inclusão/exclusão
é a aristocracia lisboeta,
com suas práticas e valores.*

Para interpretar o mundo, necessitamos de uma rede de significados que nos possibilite conceptualizar e representar pessoas, objectos, sentimentos e acontecimentos, de modo a que estes façam sentido. Quando encontramos um conceito desconhecido na nossa cultura, para o comunicarmos teremos de o relacionar com algo semelhante que já exista na nossa cultura, para o podermos classificar como “parecido

com/diferente de”. É o caso da narrativa do casamento chinês em Singapura, em Abril de 1882. Uma vez que Tamagnini não possui um termo de comparação absoluto na sua cultura, recorre à descrição minuciosa da cerimónia, comparando eventualmente alguns objectos e rituais com os seus homólogos europeus, em termos de semelhança/diferença:

“Deram-me umas poucas de flores, dizendo que eram as flores das noivas, que as guardássemos. Eu logo que as vi pelas costas, deitei-as fora pois não podia supportar o cheiro. Vi dois vestidos, um de cetim encarnado bordado a matiz e outro também de cetim, mas amarello, também bordado, um par de chinellos bordados a oiro, e uma quantidade imensa de lenços de todas as cores bordados a matiz e oiro. Também me mostraram uma espécie de ‘fichu’ mas muito esquisito, todo feito de pedacinhos de seda encarnada e verde com um bordado diferente em cada um; uma rosa, uma chinesa, uma árvore, etc. Immensas jóias, riquíssimas, brilhantes enormes, lindos, lindos. O que mais gostei foi d’um diadema todo de brilhantes, mas brilhantes bons. Também levam na cabeça uma coroa de flores mas não de laranjeira, diferentes.” [17]

O mesmo sucede na descrição da cerimónia de juramento ao rei D. Luís, a 2 de Julho de 1882, em Díli:

“Os homens, pequenos quási todos, de tanga e com uns pannos encarnados, postos pelos ombros e traçados no peito. Usam os cabelos muito crescidos e como estes são muito crespos, faz-lhes uma cafurina enorme. Alguns traziam também uma espécie de turbante encarnado na cabeça e outros muitíssimas penas muito compridas espetadas nos cabellos. Muitas pulseiras nas pernas e braços. Todos traziam nas mãos umas espadas pequenas ou faccas de matto, excepto dois, que traziam numa mão uma espécie de tampa de panela e na outra uma baqueta de pau; eram os músicos. Logo que chegaram, começaram a saltar e a dar gritos selvagens, depois formaram-se a dois e dois. Os músicos principiaram a batter desalmadamente nas taes tampas de panella, como eu lhes chamo, mas elles dão-lhes o nome de Samegon. Começou então uma dança que se chama Tabédai e que era, como se esperava, uma dança selvagem.” [61]



Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileira para o ano de 1912.

LITERATURA

Mas as práticas desviantes dos próprios ocidentais ao paradigma europeu – ditadas pela vivência no espaço colonial – também são alvo de espanto e de nota, como no caso do “andar sem chapéu” em Batávia [28] ou dormir apenas com um lençol; ou na “pouca religião” dos holandeses, constatação baseada no facto de não haver avistado igrejas em Macaçar [39].

O território de Tamagnini é, por excelência, a cidade, o hotel, o passeio elegante, o salão e suas práticas ritualizadas, apesar de por vezes tão descontextualizadas. Como se percebe na detalhada descrição da *soirée* e do *cotillon* a bordo [82/85], nas inúmeras conversas e visitas, nos passeios de carruagem, nas ofertas de flores e lembranças, nos brindes e “protestos de amizade”, tantas vezes merecedores de curiosos comentários paralelos sobre a “imensa secca” e “grande massada”.

No vasto e desconhecido espaço do Oriente, Tamagnini e a sua comitiva tentam – muitas vezes em vão – reconstruir os seus territórios europeus e “civilizados”, consoante as circunstâncias financeiras, sociais e geográficas. Na longínqua Díli, a Igreja e as suas festividades são o derradeiro bastião civilizacional fora da esfera familiar:

“Hontem foi o dia de Corpo de Deus, houve aqui grande festa, realmente uma festa bonita, muito decente. Em Lisbôa ninguém imaginaria que aqui houvesse uma festa tão boa [...] correu tudo admiravelmente. Houve um sermão muito bem pregado pelo padre Alves, homem muito inteligente e instruído, fallou muito bem. [...] Gostei imenso.” [57]

A predilecção por um determinado espaço – ou seja, a identificação com esse espaço – mede-se pela sua proximidade à matriz europeia, como nos casos de Amboíno, nas Molucas (“Amboina é uma cidade bonitinha e está bastante adiantada: há bastante gente europeia. Há muitas casas de pedra e cal” [68]); Menado, no norte de Sulawesi (“está tudo muito limpinho. Tem casinhas muito bonitinhas [...] todas com seus jardins muito tratadinhos” [69]); e, claro, Singapura (“Cada dia gosto mais de Singapura, é alegríssima e já me cheira um pouco a Europa. Durante todo o dia e noite há pelas ruas grande movimento” [76]).

REPRESENTAÇÕES DA MULHER

No âmbito deste estudo, a análise do itinerário cultural de Tamagnini culminará naturalmente na

representação que constrói da mulher asiática, subalterna entre os subalternos, e também na representação da europeia não-portuguesa, também ela “outra”, diferente do paradigma, se bem que em menor escala.

Derrida demonstrou como a construção de uma identidade é sempre baseada na exclusão e na violenta hierarquização dos pares dicotómicos resultantes, como nos binómios “homem/mulher” ou “branco/negro”:

*“What is peculiar to the second term is thus reduced to the function of an accident as opposed to the essentiality of the first. It is the same with the black-white relationship, in which white, of course, is equivalent to ‘human being’. ‘Woman’ and ‘black’ are thus ‘marks’ (i.e. marked terms) in contrast to the unmarked terms of ‘man’ and ‘white’.”*¹⁴

Isabel Tamagnini descreve e cataloga de forma semelhante os tipos femininos com que se depara, num claro processo de hierarquização, reflexo da

Almanach Portugal e Brasil para 1872.



LITERATURE

atitude colonial e imagem da própria subalternização da mulher ocidental na sua sociedade de origem. Categoriza, inclui, exclui e cria estereótipos, de modo a poder ordenar a realidade sociocultural desconhecida, com que foi obrigada a conviver. Mas ao categorizar e descrever – sempre com recurso à comparação com o paradigma da aristocracia lisboeta, que dita a inclusão/exclusão na norma – Tamagnini não procura conhecer nem compreender novas vivências. Apenas descreve, comenta e, principalmente, parodia. O ‘Oriente’ é para ela uma curiosidade exótica, um divertimento, misto de Condessa de Ségur e Júlio Verne [Introdução, XXXVIII]. Os dramas e as vivências narrados são apenas os de índole familiar ou aqueles relacionados com os viajantes ocidentais e agentes coloniais com que se cruza na viagem.

A mulher europeia é amável e prendada nas visitas e *soirées*, e também bem situada socialmente por filiação ou casamento. As filhas de Mr. A. R. Neubronner, “pessoa amabilíssima”, numa *soirée* na sua casa em Singapura, são descritas do seguinte modo:

“A mais velha tem 19 anos, chama-se Luzia, e a segunda 18, chama-se Amélia. São muito sympathicas e muito bem educadas. Passámos a noite muito agradávelmente, dançou-se bastante; não nos deixaram sahir senão depois das 3 horas da manhã.” [9]

A família e a filha de Mr. Morhir, num serão em Amboíno, nas Molucas, “[s]ão amabilíssimos. O dono da casa tocou muito bem. Cantou bem um official hollandez e a filha do dono da casa” [68].

Em Macaçar, visitam e passam a *soirée* com a filha do agente de vapores de Díli, que “casou com um Alemão residente em Macaçar e que tem de seu” [71]. Apenas “a hespanhola” que encontra a bordo do *Anadyr* se revela uma personagem trágico-cômica, pelo total desconhecimento dos códigos sociais que revela:

“Vem aqui a bordo uma hespanhola bastante pobre e viúva, mas ainda bastante nova. Não sei se por desgosto ou lá pelo que é, o que é certo é que a creatura não tem a cabeça muito no seu lugar. Querem saber o que ella fez na noite da malograda *soirée*? Apareceu vestida de húngara! Espanto geral e grande risota.” [78]

A mulher asiática é caracterizada de modo progressivamente disfórico à medida que se vai afastando do paradigma europeu. A malaquiana e os malaquianos em geral de Singapura merecem apenas

um apontamento sobre o facto de se dizerem “todos portugueses” [76]. Nas mulheres de Singapura elogia-se o asseio e a indumentária garrida:

“As mulheres todas muito asseadas com os seus costumes de vivas cores; vi muitas de verde, rosa, branco, azul, etc.; na cabeça uzam um véu preto ou branco pregado com pregos amarellos. O vestuário é simples; umas calças muito longas e por cima uma espécie de roupas que lhes desce até abaixo do joelho (tudo da mesma cor).” [3]

Mas é ao chegar a Timor que a perspectiva etnocêntrica de Isabel Tamagnini se revela em toda a sua força, ao descrever com minúcia os mais pequenos detalhes de indumentária e de comportamento social dos nativos, merecedores de longos parágrafos de sátira e comparações animalizantes. A visita de uma família católica timorense e os fiéis presentes na igreja, no dia de Corpo de Deus de 1882, motivam representações paródicas com especial atenção – e crítica – à mulher timorense:

“Tivemos umas visitas interessantes: o Juiz, Sua Mulher e Irmã, trez macacos. Vinham esplêndidos! A Madame trazia um vestido de seda preto feito em Macau, naturalmente, vestido de casamento cheio de arrebiques, muito comprido, de sorte que a pobre timora não se sabia mexer. Estava vendida, coitada. Luvas brancas (de meia, como usam as nossas criadas), muitíssimas carnes e um chapéu – mas que chapéu!, uma barretina de veludo preta com enfeites também de veludo, mas azul celeste, e muitas flores brancas. Mademoiselle, vestida de cor de rosa, que amor! O vestido era de cassa com galões de fita de lã rouxa. Carregada de ouro, na cabeça um lindo chapéu de palha branco enfeitado com fitas azuis e feixes de flores brancas, feitiço d’um prato chato. Estúpidos como uma porta, pelo menos na aparência e digo assim, pois só lhes ouvi “sim”, “não”. Realmente tivemos uma conversa muito interessante... Estes timores são impossíveis.” [58-59]

“Estavam muitos timores de chapelinhos e vestidos à europeia, mas que typos! Não se imagina! É para a gente morrer a rir; custou-me muito ficar séria, mas lá consegui. Vou fazer a descrição duma toilette: começa pelos pés, umas botas enormes amarelas, de que espécie não posso dizer; uma saia branca muito tesa, fazendo um

LITERATURA

grande ballão, por cima um vestido de cassa côr de rosa já muito desbotado, de grande cauda, enfeitado com uma fita de lã verde bastante forte; o corpete da mesma cor e qualidade da saia, justo ao corpo, deixando assim ver a ellegância da dona... O chapéu era o melhor de tudo, de folhas amarelladas, feitio muito difficil dizer como era, uma espécie de frigideira, que tinha à roda uma fita larga de côr duvidosa, que atraz fazia um laço com pontas pendentes bem compridas; na frente tinha um rabo de gallo muito espetado e, a um lado, uma flor decerto muito rara, que pelo menos não era do meu conhecimento. Ora aqui está uma das elegantes de Timor. As outras também se vestem pelo mesmo figurino. São taes quaes uns homens que no entruado se vestem de mulher, pasma-se para aquelles “presépios”, são impagáveis.” [58]

De relevar que a sátira visa apenas o que existe de “à europeia” e de exterior nas personagens visadas, as “elegantes de Timor” e demais “typos”. Os hábitos culturais da mulher de Timor são simplesmente ignorados, pois nem mesmo são dignos de observação ou de comentário. Algo semelhante sucede com tudo aquilo que transcende a mera aparência, uma vez que não houve nunca um convívio directo, afectivo e continuado com os habitantes locais nem com qualquer elemento exterior ao círculo dos funcionários coloniais europeus. Por isso, não será de estranhar a rápida e definitiva caracterização dos habitantes de Larantuca, nas Flores:

“os indígenas [são quasi todos] selvagens muito maus [...] O seu maior gosto é de cortar cabeças aos brancos.” [42]

Como se constata, não ocorrem tentativas de aproximação ou de conhecimento fora do grupo europeu, nem durante a viagem nem na estadia de um ano em Díli. O isolamento é declarado: “Temos outras visitas, mas só de cumprimentos, tudo ao largo” [54]. Há, contudo, uma excepção surpreendente, a bordo do *Anadyr*, no mar Vermelho. Trata-se de uma passageira chinesa, com quem Isabel Tamagnini se vê forçada a conviver, sem contudo a poupar ao já previsível apontamento crítico:

“Senhoras inglezas, mais uns suíços, americanos, chinas com filhos. Uma d’ellas é minha amiga, ferra-me cada massada!” [77]

Mas Tamagnini também reconhece cruel “selvajaria” aos Europeus, tal como aponta com

veemência ao afirmar repetidamente o “nojo” que lhe causam as intrigas (e seus autores) de que o seu tio e padrastrô, o governador Bento da França, é alvo [57] ou quando descreve os degredados de origem europeia em Timor e as insolências dos soldados levados a tribunal de guerra nessa distante colónia.

Existem momentos de grande irreverência, em que a sátira se estende à própria administração colonial e seus agentes, até aos seus eventuais companheiros de viagem. A sátira ao homem europeu é feroz quando o comportamento no salão escapa às rígidas regras da etiqueta ou quando nota falhas nos imperativos sociais do trajar, dançar, visitar e conversar. Para Isabel Tamagnini, os dois alferes portugueses presentes num jantar em Díli são “gebos”, “muitíssimo estúpidos”, “sensaborão”, “pobre palerma” [58]; “Os holandezes que aqui vão [a bordo do *Bromo*, no mar da China] são todos uns gebos muito grandes e pouco amáveis” [38], para além da já esperada paródia ao “índio, bom rapaz, coitado”, totalmente deslocado no baile improvisado a bordo, ao largo de Marselha [83]. Mas nem mesmo o *dandy* pretendente da sua irmã Maria José escapa à sátira impiedosa e a malévolas mas hilariantes insinuações: “aqui baixinho, diga-se que parece um bacalhau seco” [77]; “Dizem por ahí as más línguas uma coisa que eu cá sei, mas como sou muito incrédula em tais ditos acreditei. Aposto queriam saber o que é, mas eu não digo” [80]. Contudo, também aprecia o valor dos homens que sabem dominar os rituais da sociedade: “Dancei com quasi todos, o meu primeiro par foi o official russo. Fala muito bem francez e pareceu-me bem educado, valsou muito bem a dois tempos” [9]; “Temos vários companheiros, sendo alguns bastante brutos typos, outros muito elegantes, amáveis, doces” [76]; “dois hespanhoes que são muito nossos companheiros, rimos muito com elles, parecem boas pessoas e são bem educados” [77].

CONCLUSÃO

O *Diário de Uma Viagem a Timor* (1882-1883) de Isabel Pinto da França Tamagnini funciona como texto paradigmático das categorizações e hierarquizações do poder colonial português, originalmente exercido por uma aristocracia de salão sobre um colectivo desconhecido, de exacerbada “selvajaria”.

Ao mesmo tempo, estamos perante uma representação colonial no feminino, bem distinta

das habituais representações coloniais masculinas, homófobas e misóginas. A perspicácia de Tamagnini na apreensão do detalhe familiar, religioso, comportamental, ético e estético encontra-se totalmente alheada das duras realidades políticas e económicas da administração da colónia. No entanto, não esqueçamos que este *Diário* e a sua autora se inserem no contexto sociocultural feminino da segunda metade do século XIX português,

em geral, e das primeiras famílias de funcionários coloniais destacados para a longínqua Díli, em particular. Textos como este (e outros diários, relatórios, memórias, cartas e testemunhos orais) constituem, por isso, um vasto e riquíssimo território ainda quase desconhecido, que merece ser explorado de forma sistemática em futuros estudos sobre as representações coloniais femininas do Oriente. **RC**

NOTAS

- 1 Embora a Constituição de 1822 prevísse a abertura de escolas para ambos os sexos, foram em número escasso as instituições escolares femininas então criadas. Na reforma do ensino promulgada por Rodrigo da Fonseca Magalhães, em 1835, nem mesmo figurava o ensino feminino. Na reforma de 1836, da responsabilidade de Passos Manuel, apenas se previa a criação de escolas femininas nas capitais de distrito. Pela reforma de 1844, promulgada por Costa Cabral, autorizava-se o governo a abrir escolas mistas com vista à instrução do sexo feminino. Embora tenham sido disponibilizados meios financeiros para esse objectivo, o número de escolas femininas pouco aumentou. Só a partir de 1850 a instrução feminina progride um pouco, multiplicando-se o número de escolas primárias destinadas a este sexo. Investe-se, em simultâneo, no nível cultural das “mestras de meninas”, criando-se para o efeito a primeira Escola Normal feminina, inaugurada em 1862. Nestas circunstâncias, o panorama em 1870 era de “total desconsolo”, nas palavras de D. António da Costa, uma das personalidades que mais se bateu pela instrução feminina no nosso país. Comprova esta apreciação o valor da taxa de analfabetismo feminino que era de 89,3% em 1878. A este propósito, consultar: Irene Vaquinhas, *‘Senhoras e Mulheres’ na Sociedade Portuguesa do Século XIX*.
- 2 Lori Chamberlain, “Gender and the metaphors of translation”, in Lawrence Venuti (ed.), *Rethinking Translation. Discourse, Subjectivity, Ideology*, p. 57.
- 3 A este propósito, consultar: Alexandra Lopes, “The goddesses of small translations. Engendering transnational practices as decanonization”, in Isabel Capelo Gil, Richard Trewinnard e Maria Laura Pires (org.), *Landscapes of Memory / Paisagens da Memória*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2004, pp. 319-27.
- 4 *Almanach de Lembranças*, ed. Alexandre Magno de Castilho, Paris, Chaussé d’Antim, 1850; *Almanach de Lembranças*, ed. Alexandre Magno de Castilho, Lisboa, Lucas Evangelista, 1853 (2.ª edição) a 1854; *Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*, ed. Alexandre Magno de Castilho et al., Lisboa, Typographia Universal, 1855 a 1861; *Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*, ed. Alexandre Magno de Castilho II e António Xavier Rodrigues Cordeiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862 a 1871; *Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*, ed. António Xavier Rodrigues Cordeiro, Lisboa, Typographia Franco-Portuguesa, 1872 a 1894; *Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*, ed. António Xavier Rodrigues Cordeiro (1895-1897); António Xavier de Sousa Cordeiro (1898-1904); Adriano Xavier Cordeiro (1905-1917); O. Xavier Cordeiro (1918-1931) e Armando de Lima Pereira (1932), Lisboa, Parceria António Maria Pereira, Livraria-Editora, 1895 a 1932; *Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*, ed. Alberto de Serpa, Porto, Imprensa Portuguesa, 1954.
- 5 Dentro do contexto histórico do *Almanach*, e com o intuito de melhorar a condição feminina, existia a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, fundada em 1909 e liderada por Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda. Em 1910 contava com 500 membros, mas foi extinta em 1919. Não eram contudo feministas como as sufragistas inglesas e até reprovavam o feminismo que pretendia igualar homens e mulheres. Na realidade, estas mulheres republicanas apenas pretendiam definir uma função para a mulher dentro da estrutura nacional existente, uma função colectiva que nunca ultrapassaria o papel tradicional de mãe e educadora. Em troca, exigiam que as mães do presente e do futuro fossem tratadas com dignidade e convenientemente preparadas para servir o país da única forma que lhes era permitida. Assim, aceitaram sem grande contestação que lhes fosse negado o direito de voto, em 1913. A mulher portuguesa teve de atravessar um processo de emancipação extremamente lento, pouco ciente dos seus direitos e capacidades, numa sociedade patriarcal que funcionou como base do regime de Salazar. Na Constituição de 1933, o direito de voto nas eleições nacionais só foi atribuído a mulheres com o ensino secundário ou superior. Foi apenas com a Revolução de 1974 e a seguinte Constituição de 1976 que o direito de voto se estendeu a todos os cidadãos portugueses, em igualdade.
- 6 A este propósito, consultar: Clara Sarmento et al., “‘Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro’: Mirror of a Culture”, *Portuguese Studies*, vol. 15, pp. 119-29.
- 7 Jeffrey Weeks, “The value of Difference”, in Jonathan Rutherford (ed.), *Identity: Community, Culture, Difference*, p. 88.
- 8 Simon Doring, *The Cultural Studies Reader*, p. 25.
- 9 Michel de Certeau, *The Practice of Everyday Life*, trad. Steven Rendall, pp. 196-8.
- 10 Wenceslau de Moraes (1854-1929) apenas em 1888 chega a Macau, onde começa a escrever os *Traços do Extremo Oriente*. No ano seguinte, 1889, inicia as suas viagens à China, à Tailândia e a Timor, visitando ainda várias vezes o Japão, que o fascina.
- 11 Na tradição dos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, Jaime do Inso (1880-1967) assume o perfil do viajante que mergulha deslumbrado na estranheza inesperada do Oriente. Oficial da Marinha, corre mundo por razões de ofício, tendo estado em Timor e depois em Macau, entre 1926 e 1929. Apesar da curta estadia, de todos os lugares por onde passou foi Macau

LITERATURA

- que maior fascínio exerceu sobre Jaime do Inso, a par da China, constituindo o tema principal quer da obra literária quer das obras de divulgação.
- 12 Contudo, na segunda metade do século XIX eram já publicadas em língua inglesa inúmeras narrativas – biografias, autobiografias, notas de viagem, memórias – por/sobre mulheres ocidentais (viajantes, missionárias e familiares de funcionários coloniais) nas colónias britânicas do Sul da Ásia. Entre estas narrativas, destaca-se um exemplo curioso, dado que o grande inimigo de Isabel Tamagnini na sua viagem é o tédio: Alice M. Turkhud, em “A visit to a Zenana” (harém hindu), artigo publicado na *Indian Magazine*, em 1886, alerta para a inútil monotonia da vida da típica mulher inglesa na Índia e apela a que “every Englishwoman out there” desenvolva um qualquer tipo de trabalho social “and thus, while saving herself from herself, do the noble work of elevating her native sisters” (Carol Sakala, *Women of South Asia: A Guide to Resources*, p. 151).
- 13 Madan Sarup, “Home and Identity”, in George Robertson, Melinda Mash, Lisa Tickner, Jon Bird, Barry Curtis e Tim Putnam (eds.), *Traveller’s Tales: Narratives of Home and Displacement*, pp. 93-105.
- 14 Ernesto Laclau, *New Reflections on the Revolution of Our Time*, p. 33.

BIBLIOGRAFIA

- Certeau, Michel de. *The Practice of Everyday Life*, trad. Steven Rendall. Berkeley: University of California Press, 1988 [1984].
- Chamberlain, Lori. “Gender and the metaphors of translation”. In Lawrence Venuti (ed.), *Rethinking Translation. Discourse, Subjectivity, Ideology*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1991.
- During, Simon. *The Cultural Studies Reader*. Londres: Routledge, 1993.
- Laclau, Ernesto. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. Londres: Verso, 1990.
- Lopes, Alexandra. “The goddesses of small translations – engendering transnational practices as decanonization”. In Isabel Capelo Gil, Richard Trewinnard e Maria Laura Pires (org.), *Landscapes of Memory / Paisagens da Memória*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2004, pp. 319-27.
- Pais, José Machado. *Sociologia da Vida Quotidiana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Said, Edward. *Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente*, trad. Pedro Serras. Lisboa: Livros Cotovia, 2004 [1978].
- Sakala, Carol. *Women of South Asia: A Guide to Resources*. Millwood, Nova Iorque: Kraus International Publications, 1980.
- Sarmento, Clara et. al. “Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro: Mirror of a Culture”. In *Portuguese Studies*, vol. 15. King’s College of London, 1999, pp. 119-129.
- Sarup, Madan. “Home and Identity”. In George Robertson, Melinda Mash, Lisa Tickner, Jon Bird, Barry Curtis and Tim Putnam (eds.), *Traveller’s Tales: Narratives of Home and Displacement*. Londres: Routledge, 1994, pp. 93-105.
- Simon, Sherry. *Gender in Translation. Cultural Identity and the Politics of Transmission*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1996.
- Vaquinhas, Irene. *‘Senhoras e Mulheres’ na Sociedade Portuguesa do Século XIX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- Weeks, Jeffrey. “The value of Difference”. In Jonathan Rutherford (ed.), *Identity: Community, Culture, Difference*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.